

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005514-55.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **VALDEMIR MARCOS DOS SANTOS**
Requerido: **IGREJA MUNDIAL PODER DE DEUS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter locado imóvel à ré, mas ela deixou de pagar aluguéis nas datas aprazadas.

Almeja ao recebimento dos alugueis em atraso.

Defiro de início os benefícios da AJG à ré, anotando-se.

A matéria preliminar suscitada em contestação pela ré entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

A questão trazida à colação não apresenta maior dificuldade.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A ré em contestação não negou sua condição de devedora dos valores descritos a fl. 01.

Limitou-se a propor o pagamento através de acordo extrajudicial.

Diante desse cenário, e à míngua de elementos que apontassem para direção contrária, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

A dívida dos aluguéis está demonstrada e não foi refutada pela ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 27 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**